



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 152

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 152**

### **12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

    Projetos de Lei ..... 03

#### **Ordem do Dia:**

    Leitura do Expediente ..... 06

    Discussão/Votação

3ª Discussão .....06

2ª Discussão .....06

**Encerramento da Sessão .....07**

#### **Publicações:**

    Comissão Executiva

        Atos .....07

    Diretoria Geral

        Portarias ..... 10

    Atas de Comissões

        Constituição e Justiça ..... 11

        Agricultura ..... 11

        Defesa do Consumidor ..... 12

### **DIÁRIO Nº 152**

### **12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 12ª SESSÃO**

#### **EXTRAORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**15 DE DEZEMBRO DE 2008**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Antonio Belinati.

#### **Presenças:**

Às dezoito horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Clei-

ton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Edgar Bueno, Geraldo Cartário e Osmar Bertoldi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 544/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 1º, incisos I e II da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passarão a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná instituirá Plano de Previdência Social aos Deputados Estaduais, aos empregados ou a eles equiparados, que compreenderá:

I - benefício programado, por idade e tempo de contribuição;

II - benefício por invalidez permanente; e

Art. 2º O artigo 2º, *caput*, Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

Art. 2º O Plano de Previdência, de que trata esta Lei Complementar, terá caráter facultativo, contributivo e suplementar aos respectivos benefícios assegurados pelo Regime de Previdência ao qual o participante esteja obrigatoriamente vinculado.”

Art. 3º O artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 3º O benefício programado de que trata o inciso I, do artigo 1º será devido ao participante devidamente inscrito no Plano que:

I - conte com no mínimo 60 (sessenta) meses de contribuição ao plano PREVIDEPAR;

II - cessar o vínculo com a Patrocinadora;

III - concessão do benefício no Regime Previdenciário a que estiver obrigatoriamente vinculado.

§ 1º O valor do benefício de renda mensal estabelecido no *caput* deste artigo será calculado atuarialmente com base no saldo individual acumulado de contribuições efetuadas, na expectativa de sobrevivência do participante e de seus beneficiários, conforme o caso e, com a taxa de juros atuarial vigente adotada no Plano.

§ 2º O custeio dos benefícios estabelecidos no *caput* deste artigo deverá ser calculado tomando-se por base na remuneração ou subsídios fixado para os participantes do Plano PREVIDEPAR.

§ 3º Ao participante descrito no artigo 9º desta lei será garantida a dotação inicial calculada com base no valor do benefício estabelecido no parágrafo seguinte.

§ 4º A base de cálculo da dotação inicial será uma renda mensal inicial do benefício programado estabelecido no parágrafo anterior deste artigo corresponderá a

85% (oitenta e cinco por cento) do subsídio do participante.

§ 5º Para fins de contagem de tempo de exercício de mandato é facultada ao segurado a averbação do tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais ou federais, integralizando as contribuições dos respectivos períodos, até o limite de 05 (cinco) legislaturas.”

Art. 4º O artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º Para os benefícios decorrentes de eventos de invalidez ou morte, ocorrida durante atividade, o plano deverá assegurar um benefício de valor calculado na forma que dispõe o parágrafo 1º do artigo 3º.

Parágrafo Único. Na ocorrência de morte de participante em gozo de benefício, o plano deverá assegurar um benefício de valor equivalente a 70% (setenta por cento) do benefício que o participante recebia no mês data de seu falecimento.”

Art. 5º O artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º São dependentes do segurado:

I - o conjuge ou o convivente;

II - o filho menor de 21 anos ou inválido.

Parágrafo Único. A condição de dependente deverá subsistir quando do evento gerador do benefício, não se admitindo inscrição em face de condição superveniente.”

Art. 6º O artigo 6º e parágrafo 1º da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º Poderá figurar como segurado do Plano de Previdência o participante, quando licenciado para o exercício de cargo ou função pública também, desde que continue contribuinte desse Plano de Previdência.

§ 1º Para figurar na condição de segurado, o participante deverá formalizar expressa adesão ao plano, vertendo a respectiva contribuição.”

Art. 7º O artigo 7º, *caput*, da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 7º A contribuição mensal do segurado e a respectiva contrapartida da Assembléia Legislativa serão calculadas mediante aplicação de alíquota para cada categoria de participante, fixada no Plano de Custeio de que trata o parágrafo único, do artigo 2º, desta Lei Complementar, incidente sobre o subsídio ou remuneração do respectivo participante.”

Art. 8º O parágrafo 3º do artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

§ 3º Na hipótese de que o resgate de legislatura passada propicie o cumprimento das carências estabelecidas, nesta Lei Complementar, para efeito de fruição do benefício programado, esta só poderá ser deferida ante a expressa renúncia do Parlamentar à percepção de eventual benefício pago ou devido pela Assembléia Legislativa por sua condição de ex-segurado do extinto Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA.”

Art. 9º O artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 11. O Plano de Previdência terá previsão no orçamento da Assembléia Legislativa, e correrão por conta da dotação orçamentária 0101.01031272.000 - Processo Legislativo de natureza de despesa 33504100 para a instituição do disposto nesta lei.”

Art. 10. O artigo 12 da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo Único. Aplicar-se-á o disposto no *caput* inclusive à manutenção do objeto desta lei.”

Art. 11. O artigo 13 da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 13. A Assembléia Legislativa, após a homologação do Plano por parte do Ministério da Previdência, adotará as medidas necessárias para aportar os recursos, em conta bancária específica, para atendimento das disposições contidas nesta lei.”

Art. 12. O artigo 14 da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 14. O prazo para requerer inscrição ao Plano de Previdência será de no máximo 90 (noventa) dias da homologação do Plano pela Secretaria competente, autorizando nesse ato, expressamente, o desconto em folha de pagamento das contribuições devidas ou débito em conta corrente.”

Art. 13. Fica revogado o artigo 10 da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07.

Art. 14. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) TERUO KATO, DUÍLIO GENARI, CIDA BORGHETTI, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, FRANCISCO BÜHRER, PÉRICLES DE MELO, BETI PAVIN, MILTINHO PUPIO, GERALDO CARTÁRIO, RIBAS CARLI FILHO, ADEMAR TRAIANO, JONAS GUIMARÃES, LUIZ NISHIMORI,

DOBRANDINO DA SILVA, DR. BATISTA, ALEXANDRE CURI, FÁBIO CAMARGO, PEDRO IVO, ELIO RUSCH, FELIPE LUCAS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO ANIBELLI, LUIZ FERNANDES LITRO, EDSON STRAPASSON, MAURO MORAES, CAÍTO QUINTANA, STEPHANES JÚNIOR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, ARTAGÃO JÚNIOR, JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ, NELSON JUSTUS, CLEITON KIELSE, OSMAR BERTOLDI, CHICO NOROESTE, PASTOR EDSON PRACZYK, EDGAR BUENO, WALDYR PUGLIESI, ANTONIO BELINATI, NEY LEPREVOST, LUIZ ACCORSI, CARLOS SIMÕES E 01 ILEGÍVEL.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, que disciplinou o plano facultativo contributivo e suplementar no âmbito do Poder Legislativo Estadual inovou o ordenamento jurídico estadual.

Nesse sentido, encaminhou-se ao Ministério da Previdência uma solicitação de instituição de plano de previdência complementar, com fundamento no ordenamento jurídico existente. Ou seja, com base Constitucional, artigo 202 precipuamente, bem como as disciplinas das Leis Complementares Federais nº LC 108 e 109 ambas de 2001, como normas gerais, além de tratamentos jurídicos específicos.

Ainda, fora ajuizada uma Ação Direta de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, ainda sem decisão definitiva, muito embora tenha a Advocacia Geral da União manifestando-se de modo bastante favorável à constitucionalidade da lei em apreço.

Contudo, o Ministério da Previdência, através da Secretaria de Previdência Complementar, manifestou-se sugerindo algumas alterações na lei, para melhor adequação à legislação federal existente supracitada, para então, posterior aprovação e regular tramitação do plano.

Dentre as alterações sugeridas, encontram-se adequações ortográficas àquelas utilizadas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001; encontra-se também a extensão dos benefícios do plano a outros beneficiários, na forma do artigo 16 da LC 109/01. De igual maneira algumas exigências constantes da LC 108/01, como as previstas no artigo 3º, incisos I e II, para condição de elegibilidade ao benefício.

Diante dessas exigências, não restou outra possibilidade viável senão a alteração da Lei Complementar Estadual nº 120, de 12/07/07, para que então passe a entrar ou encontrar-se em perfeita conformidade com as demais normas existentes, e, viabilize a instituição de um plano de previdência que possa abarcar de modo eficiente as necessidades pretendidas, em consonância com o disposto no artigo 255 da Constituição do Estado.

Inicialmente vale destacar a razão pela qual a alteração da LC 120/07 se dará mediante projeto de lei - ordinária. Isso porque a matéria em apreço não haveria de ser

tratada por lei complementar. O Poder Legislativo Estadual utilizou critérios mais rígidos que os necessários. A Constituição da República ao dispor, nos termos do artigo 202 sobre a necessidade de lei complementar para disciplinar o tema, fez menção às normas gerais. Essas, por sua vez, já existem, e foram tratadas pelas Leis Complementares Federais nºs 108 e 109, ambas de 2001. Por essa razão, a instituição do Plano de Previdência Complementar para o caso concreto não depende de lei complementar, e sim de lei ordinária. Nesse sentido, a Advocacia Geral da União se manifestou nos autos da ADI nº 3948 face a lei em referência, dispondo:

*Dessa forma, a união editou as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29/05/01, estabelecendo o regramento geral, em obediência ao disposto na Constituição Cidadã.*

*Naturalmente, após a edição dessas leis, restou possibilitada, aos demais entes federados, a constituição dos regimes complementares, sem necessidade de que seja por meio de lei complementar, já que esta foi exigida apenas para a regulamentação do regime jurídico nacional de previdência privada, e não para cada vez que fosse instituída no caso específico.*

*Dessa forma, a fundação da Lei Complementar nº 120/07, do estado do Paraná, poderia ter sido cumprida através de lei ordinária.*

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF é cediça nesse entendimento, para viabilizar a alteração de matéria de lei ordinária tratada por lei complementar, de modo também ordinário.

Existem várias ações confirmando o entendimento jurisprudencial, da legalidade, juridicidade e constitucionalidade da acima referida alteração legislativa, conforme julgados ADC 1, RE-AgR 313.863/SC, RE-AgR 558488/SP e AgRegRE 451988-7/RS.

Na Ação Direta de Constitucionalidade nº 01, em seu voto, ressaltou o Relator, Ministro Carlos Moreira Alves:

*Por isso mesmo, essa contribuição poderia ser instituída por lei ordinária. A circunstância de ter sido instituída por lei formalmente complementar - a Lei Complementar nº 070/91 - não dá, evidentemente, a natureza de contribuição social nova, a que se aplicaria o dispositivo no parágrafo 4º do artigo 195 da Constituição, portanto essa lei, com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída - que são o objeto desta ação - é materialmente ordinária, por não tratar, nesse particular, de matéria reservada, por texto expresso da Constituição à lei complementar. A jurisprudência desta Corte, sob o império da Emenda Constitucional nº 001/69 - e a Constituição atual não alterou esse sistema -, se firmou no sentido de que se exige lei complementar para as matérias cuja disciplina a Constituição expressamente faz tal exigência, e, se porventura a matéria, disciplinada por lei cujo processo legislativo observado tenha sido o da lei complementar, não seja daquelas para que a Carta Magna exige essa*

*modalidade legislativa, os dispositivos que tratam dela se tem como dispositivos de lei ordinária.* (ADC - nº 01, Relator Ministro Carlos Moreira Alves).

Superada a questão de alteração da LC 120/07 mediante lei ordinária, passamos a destacar as alterações propriamente ditas.

Para melhor compreensão, passamos a explicar as modificações pretendidas.

No artigo 1º - a modificação se deve por força do disposto no artigo 16 da LC 109/01, que expressamente exige a extensão do plano a outros empregados ou a eles equiparado. Nos incisos que se seguem, a adequação é meramente terminológica, haja vista a legislação federal utilizar tal nomenclatura para descrever os participantes e seus benefícios.

A alteração do artigo 2º - deve-se por mera adequação terminológica, em face da exigência também do artigo 16 da LC 109/01.

As alterações do artigo 3º - são feitas por força do mesmo artigo 16 da LC 109/01, e para os requisitos de admissibilidade previsto nos incisos, por força da observância ao artigo 3º, I e II da LC 108/01. Para os parágrafos seguintes, atendimento ao disposto no artigo 202, caput, da Constituição Federal. Nesse entendimento, o Advogado Geral da União se posicionou na ADI 3948, face a LC Estadual 120/07, dizendo:

*...a norma hostilizada exige observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e que assegurem financiamento por meio de capitalização. Assim, atende à exigência constitucional de previsão de reservas que garantam o benefício contratado...*

Para o parágrafo 2º, a alteração respeitará o artigo 18 da LC 109/01. As alterações dos parágrafos 3º e 4º, deram-se com base nos fundamentos apresentados pela Advocacia Geral da união, na ADI 3948, vejamos:

*O cálculo dos benefícios, considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente é um dos princípios regentes da Previdência Social. De fato, segundo aduz Marcelo Leonardo Tavares<sup>1</sup>, “a correspondência entre os valores das contribuições dos segurados e o quantum dos benefícios previdenciários é fator que pode conferir maior harmonia e justiça a qualquer sistema de previdência social”.*

*Dessa forma, no caso dos autos, observa-se que a renda mensal inicial da aposentadoria integral será de 85% da base de cálculo de benefício, e não 85% do subsídio, como afirma o autor. Este percentual é o coeficiente que multiplicado pela base de cálculo de benefício, gerará a renda mensal inicial, que é o valor do primeiro benefício.*

*Assim, os segurados contribuem aplicando uma determinada alíquota à base de cálculo de contribuição, que, por sua vez, tomará por base “o total de subsídios*

1.TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 8ª ed., 2006, p.109.

*fixado para os Deputados Estaduais”. Por outro lado, a renda mensal inicial do benefício também é representada da mesma forma, através da aplicação de uma alíquota à base de cálculo de benefício, que, no caso em questão, “é a média dos subsídios utilizados como base de contribuição durante a vinculação do participante ao plano”.*

A alteração feita para o artigo 4º visa tão-somente a adequação terminológica face a modalidade de plano instituída - contribuição definida.

Ainda, vale lembrar que essas alterações produzem outro efeito, via de consequência, qual seja, para os benefícios decorrentes de eventos de risco (morte, invalidez ou qualquer outra inabilitação legalmente reconhecida) não haverá um percentual garantidor mínimo como havia antes. Os benefícios computar-se-ão na forma do parágrafo 1º do artigo 3º, ou seja, serão concedidos levando-se em consideração o saldo individual acumulado de contribuições efetuadas, individualmente.

Não obstante a isso, houve a inclusão de um parágrafo único ao artigo referido, para estabelecer em caso de pensão por morte, que a percepção do benefício auferida pelo beneficiário se dará na medida de 70% por cento do que recebia o participante assistindo na data de seu falecimento.

O artigo 5º - sofreu alterações significativas face a modalidade de plano instituída. O *caput* do artigo foi excluído, deixando de assegurar, portanto, uma pensão mensal mínima aos dependentes em caso de morte do segurado. Inexistindo assim aqueles percentuais mínimos assegurados nos eventos de risco, excluídos das alíneas “a” e “b” do *caput* do artigo. Calculando-se agora a pensão na forma da nova redação do artigo 4º, com base no parágrafo 1º do artigo 3º, levando-se novamente em conta, o saldo individual acumulado de contribuições efetuadas, individualmente. Desse modo, torna-se mais rigoroso e perfeitamente adequado às exigências legais e constitucionais existentes sobre a matéria.

As alterações do artigo 6º e parágrafo 1º são de cunho meramente ortográfico, visando a adequação de nomenclatura face à terminologia utilizada pela legislação federal.

A alteração do artigo 7º deu-se por força da exigência do artigo 16 da Lei Complementar nº 109/01, havendo a necessidade da extensão do plano aos demais.

A alteração do artigo 9º, parágrafo 3º é meramente corretiva de ortografia e adequação terminológica à legislação pertinente.

A alteração do artigo 11 é eminentemente corretiva para fins de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/00, e adequação às exigências financeiro-orçamentárias.

A inclusão de parágrafo único ao artigo 12 dá-se por observância de adequação à Lei Federal nº 4320 de 17/03/64, evitando assim, qualquer questionamento acerca da legalidade ou autorização legal da Assembléia para efetivação dos fins previstos no artigo.

A alteração do artigo 13 tem o fito de modificar o prazo ou sua contagem para instituição dos fins previstos na lei, haja vista a necessidade de homologação do plano por parte da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, sob pena de incidir em qualquer forma de ilegalidade, respeitando-se assim, de modo inequívoco a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A alteração do artigo 14, por fim, tem as mesmas razões ou motivos do artigo anterior. Isso porque depende de homologação do plano de previdência por parte da Secretaria competente, para então, posteriormente iniciar as atividades próprias do plano a ser instituído.

Por essas razões, esperamos o apoio dos nobres Pares, para aprovação da presente proposta.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus, Dr. Batista, Teruo Kato e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa**.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/08, o Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/08, dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2009. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTO GERAL DA CO. **Aprovado, artigo por artigo**.

## ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 16, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 314 e 468/08.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1437/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9320, datado de 22/10/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder a SILVIA BITTAR, matrícula nº 40275, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-02, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Alexandre Curi, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1438/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9313, datado de 21/10/08, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

conceder a EVANI AIDA CARDOSO, matrícula nº 40526, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-02, com lotação na Coordenadoria de Taquigrafia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1439/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8985, datado de 29/08/07, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

aposentar, compulsoriamente, a partir de 28/08/07, data que completou 70 (setenta) anos de idade, SEBASTIÃO GONÇALVES DE DEUS, matrícula nº 40645, funcionário estável da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Motorista, nível NBA-03, nos termos do artigo 40, inciso II, da Constituição Federal e artigo 35, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais ao seu tempo de serviço, acrescido de 04 (quatro) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei Estadual nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 10, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa. Os proventos serão reajustados sem paridade, sofrendo correção para preservação em caráter permanente de seu valor real.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1440/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3570, datado de 04/05/06, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

aposentar WANDERLEY BELLINATI, matrícula nº 40381, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-05, a partir de 14/

02/06, data em que completou 70 anos de idade, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 041/03, pela totalidade de seu cargo efetivo, acrescido de 10 (dez) adicionais, assegurados pelo artigo 170 e 171 da Lei Estadual nº 6174/70, sendo que os proventos serão reajustados com paridade e para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, resultando em proventos conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1459/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9784, datado de 04/11/08,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUSMARI TERESINHA MACHADO CHAIN, matrícula nº 40521, do cargo em comissão de Sub-Coordenadora da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, DAS-5, a partir de 01/11/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1460/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o protocolado sob nº 9784, datado de 04/11/08,

#### R E S O L V E :

prover MUNA BITTAR, matrícula nº 40010, para exercer cargo de Sub-Coordenadora da Coordenadoria de Expediente e Arquivo, DAS-5, a partir de 01/11/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1465/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9843, datado de 05/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a MARTA ALVES DE FREITAS, matrícula nº 40330, funcionária estável do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, com lotação na Coordenadoria de Expediente, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 a 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1475/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9553, datado de 30/10/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a ELIANE JAENSCH ZWETSCH, matrícula nº 40120, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-01, com lotação na Diretoria de Assistência ao Plenário, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, duas licenças especiais de 03 (três) meses cada uma, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante os períodos compreendidos entre 21/12/97 a 21/12/02, e 22/12/02 a 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1476/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9953, datado de 06/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a LUSMARI TERESINHA MACHADO CHAIN, matrícula nº 40521, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafo, nível NTC-02, com lotação na Coordenadoria de Expediente, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções



durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 a 21/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1477/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9954, datado de 03/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 40942, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, com lotação na Diretoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 a 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1478/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10289, datado de 17/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a CLEMAIR MARQUES, matrícula nº 40923, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-01, com lotação no Setor de Telefonia, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 a 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu supe-

rior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1574/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10638, datado de 25/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a LUIZ CARLOS STIVAL JUNIOR, matrícula nº 40296, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Porteiro, nível NBA-03, com lotação na Coordenadoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 a 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1575/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10606, datado de 20/11/08, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder a NEY FREDERICO BILIK FILHO, matrícula nº 40237, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação na Diretoria Financeira, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1576/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10634, datado de 25/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a AUGUSTO XAVIER COTRIM, matrícula nº 40081, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-04, com lotação no Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 06 (seis) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 24/02/95 a 24/02/05. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

**Diretoria Geral****Portarias**

## PORTARIA Nº 0298/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10974, datado de 02/12/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24/11/08, término 23/03/09. CID. 10 F.31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0300/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11182, datado de 08/12/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CRISTINA PAR-CHEN ZANINI, matrícula nº 41019, de 30 (trinta) dias,

a partir de 02/21/08, com término 02/01/09. CID. 10 I49 - J 11.00.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0301/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11171, datado de 05/12/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ERONI APARECIDA CUSTODIO, matrícula nº 40242, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13/10/08, término 10/02/09. CID. 10 G61.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0302/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10634, datado de 25/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de AUGUSTO XAVIER COTRIM, matrícula nº 40081, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-04, com lotação no Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, o tempo de 01 (um) ano e 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante os quinquênios compreendidos entre 24/02/81 a 24/02/86; entre 24/02/86 a 24/08/90, antecipado em razão da incorporação do 1º quinquênio; e entre 24/08/90 a 24/02/95, antecipado pela incorporação do quinquênio anterior, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 0304/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10190, datado de 12/11/08, deste Poder,

**R E S O L V E :**

retificar a Portaria nº 0289/08 no sentido de: onde consta "protocolado sob nº 4664", passa a constar como nº

10190, e onde consta “datado de 30/05/06”, passa a constar como 12/11/08.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/12/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## ***Atas de Comissão***

### ***Constituição e Justiça***

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi e Luiz Eduardo Cheida. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 005/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 11719/97. O Sr. Deputado Duílio Genari SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 323/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 361/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer do Deputado Caíto Quintana pela devolução da matéria ao autor. O Sr. Presidente coloca em votação o parecer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 374/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 400/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 431/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 468/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Reni Pereira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 497/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 498/08, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 14260/03 - IPVA. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 516/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 007/08, de autoria do Deputado Mário Roque. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - REJEITADO por seis votos contrários. Os Srs. Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli votam favoravelmente ao parecer do Relator e os Srs. Deputados Reni Pereira, Tadeu Veneri, Nereu Moura, Carlos Simões, Francisco Bühner e Douglas Fabrício votam contrariamente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta voto em separado favorável, na forma da emenda anexa. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário do Deputado Valdir Rossoni. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 496/08 e 354/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Nereu Moura SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana às emendas oferecidas pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e pela Comissão de Finanças, na forma da subemenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 402/08, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 11580/96 - Alteração de alíquota do ICMS. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício e Valdir Rossoni; 18) Projeto de Lei nº 466/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

### ***Agricultura***

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Referente ao preço pago aos produtores de leite da região sul, centro-sul e Campos Gerais do estado do Paraná,

representados nesta reunião pelos produtores de Palmeira. Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às dez horas, reuniram-se na sala das comissões da Assembléia Legislativa do Paraná os Srs. Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pedro Ivo, Plauto Miró, Reni Pereira e Luiz Nishimori, do Vereador do município de Palmeira, Sérgio Belich e dos produtores de leite Bráulio Mayer, Lauro Meyer, José Agripino de Freitas e Sérgio Stafim. A reunião teve como pauta a problemática do leite quanto ao preço pago ao produtor e a disparidade quanto à comercialização do produto. Houve uma redução do preço pago ao produtor, em até 50%, sendo que não foi repassado ao preço final. Foi relatado pelos produtores o preço médio pago atualmente pelo produto: R\$ 0,47, por litro. Dado o exemplo de produtores do estado de São Paulo que recebem em média R\$ 0,64 e da região nordeste onde o preço médio é de R\$ 0,80. Os produtores destacaram o aumento do preço dos insumos e a alta qualidade do produto produzido nessa região do estado. As principais compradoras do leite produzido nessa região são as empresas: Qualitá (Palmeira), Colônia Witmarsum, Lacto Bom (Ponta Grossa), Batavo, Frimesa, Líder e São Miguel (Irati). Está constituído também o Conceleite - Conselho que institui o preço base para o mercado, tendo como referência informações cedidas pelas indústrias. Nesse sentido os produtores pediram que o preço base tenha a referência das indústrias e também dos produtores. O preço final de mercado varia entre R\$ 1,35 a R\$ 1,80. Como encaminhamento, o Deputado Pedro Ivo destacou a importância dessa discussão na Assembléia Legislativa, e propôs a realização de uma reunião ampliada sobre o tema, como a participação de representantes de cooperativas, compradores e entidades governamentais a ser realizada na próxima semana, e uma Audiência Pública com vários representantes do

setor e entidades para o começo de 2009. Os principais questionamentos são referentes à diferença de preços, a justificativa para a queda dos preços pagos aos produtores, e a obtenção de linhas de créditos. Serão convidados para essa reunião: APRAS - Associação Paranaense de Supermercados, FAEP, SEAB, OCEPAR, Conceleite, empresas compradoras: Líder, Qualitá, Witmarsum, Lacto Bom, São Miguel, agricultores e representantes de cooperativas.

(aa) PEDRO IVO, PLAUTO MIRÓ, RENI PEREIRA e LUIZ NISHIMORI

### ***Defesa do Consumidor***

#### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 125/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elio Rusch - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

